



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1912303 - PR (2020/0336957-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : RODRIGO MEIRELLES DE LARA
RECORRENTE : MARCIO BONETTI DE TOLEDO
RECORRENTE : LUCIANO DE SOUZA BERNARDINO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por RODRIGO MEIRELLES DE LARA e MARCIO BONETTI DE TOLEDO contra decisão que indeferiu liminarmente o pedido de tutela de urgência objetivando a atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso.

Em suas razões, sustentam, em suma: a confirmação do *fumus boni iuris* ao presente caso consubstanciado no precedente aberto no ERESP 1619087/SC de relatoria da Exma. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 14/6/2017.

Requer, assim, o conhecimento e o acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Não há vício na decisão ora embargada passível de modificação via embargos de declaração.

Registre-se que:

"não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC,

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita.

Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Verifica-se ainda que não obstante a decisão recorrida tenha feito referência à necessidade de comprovação do *periculum in mora*, elemento necessário à concessão da tutela provisória de urgência solicitada, igualmente não foi comprovado nos presentes autos.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte, neste momento processual, foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente